

Luci Suzana Bedin Amorim²
Edson Belo Clemente de Souza³

**REGIÃO: NOVAS CONFIGURAÇÕES,
NOVOS CONCEITOS¹**

RESUMO: O presente estudo consta de uma discussão dos diversos conceitos de região numa perspectiva geográfica e econômica. Com a evolução da ciência, da técnica e da informação, é fundamental entender a flexibilidade que deve acompanhar a atual percepção do conceito de região e de novas formas de organização geográfica que incorpora, como é o caso, as redes. A configuração da territorialidade contemporânea esboça uma nova dialética territorial, em que a globalização condiciona o global e o local, desencadeando mudanças significativas no espaço, refletindo diretamente no desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Região; Rede; Espaço.

SUMMARY: This study consists of a discussion of the several region concepts in a geographical and economical perspective. With the evolution of science, technique and information, it is fundamental to understand the flexibility which must keep up with the current perception of the region concept and of the new geographical organization forms which incorporates, as it is the case in this study, the nets. The contemporary territoriality configuration outlines a new territorial dialectic, in which the globalization conditions not only the global dimension but also the local dimension, triggering meaningful changes in space and reflecting directly on regional development.

KEYWORDS: Region; Net; Space.

Data de recebimento: 15/04/04. Data de aceite para publicação: 15/02/05.

¹ *Paper* produzido para a disciplina de Geografia Regional, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios da Unioeste – Campus de Toledo.

² Professora de Economia e Aluna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios da Unioeste - Campus de Toledo. Endereço eletrônico: lucibedin@hotmail.com.

³ Doutor em Geografia pela Unesp. Professor dos Cursos de Graduação e Especialização em Geografia da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da Unioeste - Campus de Toledo.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de região está presente em vários domínios da ciência, em especial na geografia, área na qual a diversidade de seu emprego encontra-se associada a processos sociais, culturais, econômicos e políticos. Essa base conceitual de região está inserida no estudo regional, o qual impulsiona o avanço do conhecimento geográfico, possibilitando uma maior compreensão na relação entre os fenômenos físicos e humanos em um determinado recorte espacial.

O termo região é também usado, frequentemente, no senso comum, com a conotação de delimitação de um espaço, área ou de divisão territorial; porém o conceito de região é muito mais complexo. A complexidade do mundo exige novas explicações científicas. As tradicionais arrumações espaciais vão gradativamente sendo substituídas por novos arranjos, como aquelas formas espaciais dadas pelas redes. Com isso, o entendimento de região não é mais o mesmo, uma vez que mudou a forma como a geografia e a economia ordenam a organização da vida social dos homens.

Nem tudo está ligado em rede. No entanto, para que haja circulação de produtos e informações, as cidades e regiões precisam de técnicas e de tecnologias que as conectem em redes de cidades e de regiões. A crescente virtualização da economia tem sido um dos fatores preponderantes na reconfiguração do espaço e do tempo de um grande número de processos econômicos, sociais e culturais, internacionalizando não somente o sistema econômico e o capital, mas, também, as regiões. Um número cada vez maior de atividades produtivas está se desenvolvendo por meio do mundo científico-técnico-informacional.

A região é, por tais motivos, concebida como um todo de síntese única entre as frações do espaço da superfície terrestre e que tem, como uma de suas características fundamentais, a demarcação territorial, que, no período atual, pressupõe demarcações não muito rígidas (SOUZA, 2002). Nesse sentido, objetiva-se, com este estudo, apreender os diversos conceitos de região, tanto na perspectiva geográfica como na econômica, com a ênfase direcionada para a análise deste processo de transformações bem como dos reflexos no desenvolvimento regional.

2. UMA NOÇÃO DE REGIÃO

A região pode ser pensada sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, culturais, políticas, geográficas, antropológicas e históricas. No entanto, é no aspecto geográfico que se encontram enraizadas as tradições conceituais de região no sentido mais amplo, que surge de uma síntese, inclusive da formação sócio-econômica-histórica relacionada a um certo espaço característico (OLIVEIRA, 1985).

Milton Santos ressalta que, ao longo dos anos, as regiões configuraram-se por meio de processos orgânicos, representados pela territorialidade de uma comunidade de pessoas com uma certa história, detentores de recursos e saberes dotados de uma cultura. A diferença entre áreas era motivada pela relação direta com o entorno, e a solidariedade, característica da região, dava-se em função dos arranjos locais. Contudo, as transformações mundiais, aceleradas no após-guerra, romperam com a configuração regional do passado (SANTOS, 1996).

Alguns autores afirmam que, com os processos dominantes da globalização, a rápida expansão do capital hegemônico teria eliminado as diferenças regionais e, conseqüentemente, decretado o fim das regiões.

Milton Santos é um dos autores que não concorda com a idéia do fim das regiões e argumenta que hoje “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”. O geógrafo avalia que, neste momento, não se pode deixar de considerar a região em relação com o mundo globalizado, pois, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e com o avanço do meio técnico-científico-informacional, há um aumento da diferenciação dos lugares e, conseqüentemente, uma mudança na configuração das regiões. Considera, ainda, que as condições atuais fazem as regiões se transformarem continuamente. Isto não quer dizer que a região desapareça. Ela apenas muda de conteúdo: “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1996, p. 196-197).

A região é o produto de um processo social determinado, expressa de maneira complexa no espaço, podendo ser definida, também, pela escala geográfica na qual se configura como “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’

de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (HAESBAERT, 2002, p.136). Mario Polèse considera que uma condição de existência da região, como conceito econômico, é a de pertencer a um espaço econômico maior, não sendo necessário que a região tenha uma existência administrativa própria (POLÈSE, 1998).

De uma maneira ou de outra, a região resulta sempre, direta ou indiretamente, de um governo superior (um país, por exemplo, é composto de várias regiões). As características que distinguem uma região são a sua abertura econômica e a sua integração num espaço mais amplo.

Na visão econômica de Liana Carleial, antes de 1930 não havia uma maior integração no Brasil. Isto porque as regiões funcionavam como “ilhas” e o relacionamento mais importante era com o exterior. O que mudou nas últimas décadas é que se estabeleceu uma matriz produtiva nacional e, a partir daí, as relações inter-regionais se intensificaram, mesmo que em graus diferentes, no espaço nacional (CARLEIAL, 1993). De acordo com a autora, as alterações sofridas no território brasileiro na década de 1980 ajudam a desvendar quais os elementos centrais que auxiliam na compreensão do que possa vir a ser uma região. Dentre eles, a autora destaca o forte processo de integração produtiva que ocorreu no país, a partir do qual cada espaço passou a ter uma participação diferenciada. Este processo decorreu da ação do Estado, tanto nas políticas setoriais como nas regionais; as diferenças inter-regionais resultantes decorreram de como o capital participou desse processo em cada espaço.

Ainda de acordo com Liana Carleial, o processo de integração nacional tem provocado uma perda gradativa de autonomia regional. Isto, porém, não significa, de nenhum modo, a eliminação das regiões. É no contexto da integração econômica nacional que é relevante discutir a região, tanto em suas relações internas como nas relações com as demais regiões e com o resto do mundo.

Citando estudo de José Luis Coraggio, a autora enfatiza que “a região aparece ao evidenciar as formas de inserção específicas na matriz produtiva nacional com as respectivas diferenças em nível de organização da produção e das relações do trabalho” (CARLEIAL, 1993, p.47). Essa possibilidade é decorrente da “regionalização efetiva dos processos econômicos e sociais”. Portanto, define-se a região, na visão de Liana Carleial, pela espacialização da divisão social do trabalho e pelo movimento do capital.

Na América Latina, segundo Sérgio Boisier, uma discussão sobre a evolução da idéia de região apresentada por Hiernaux, distanciando-

se da geografia tradicional, define que “a região é uma articulação coerente de articulações sistêmicas entre diversos grupos e cosmovisões espaço-temporais”, uma concepção cuja interpretação dá espaço à diversidade na construção regional (BOISIER, 1999, p. 312). Um aspecto importante a se considerar é que:

[...] o conceito de região deve ser dinâmico, pois as estruturas internas das regiões, que condicionam as extensões de suas áreas, se modificam com o decorrer do tempo. Do mesmo modo, se altera o sistema ou conjunto de regiões interdependentes de um dado espaço e, em consequência, suas configurações no espaço geográfico conforme (FERREIRA, 1989, p. 50).

Assim, o conceito de região dá ênfase a um conjunto de várias finalidades das regiões, abrangendo os problemas espaciais e regionais, pressupondo a mudança de seu recorte espacial-territorial e o desaparecimento e o surgimento de novas regiões. Na redefinição das regiões, é necessário, portanto, entender como cada região se define internamente, como se relaciona com as demais regiões (CARLEIAL, 1993). Dessa maneira, a conceituação de região exige que se incorpore a sua relação consigo mesma, com as outras regiões e com o todo.⁴ O conceito de região também incorpora novas configurações, conseqüentes de mudanças e transformações e impostas pela evolução científica e tecnológica, ponto a ser analisado em detalhes a seguir.

3. A NOVA CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO NO CONTEXTO DA TECNOLOGIA

A partir da Revolução Industrial, a organização regional muda de forma e entra numa nova etapa. Os antigos espaços regionais autônomos das sociedades pré-fabris mudam para se incorporarem nas sociedades fabris sob um modo novo de ser: o de partes da divisão territorial do trabalho e do mercado industriais. Assim, a região se torna a base organizativa fundamental das sociedades (MOREIRA, 1997).

Neste contexto, surge a necessidade de uma nova ordem do espaço. A ordem da rede que representa uma forma nova de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento da técnica e do mercado, uma vez que é a rede “a arquitetura das conexões que dão

⁴ Na análise inter-regional, o todo seria a economia do país e, em última instância, a economia mundial.

suporte às relações avançadas da produção e do mercado”. A característica essencial de organização da sociedade moderna, no entanto, está representada na rede dos transportes e das comunicações, “uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios, ao aumento da densidade e da escala da circulação” (MOREIRA, 1997, p. 02). Essa forma de espacialização geográfica possibilita discutir as regiões a partir da capacidade técnica que elas possuem de se articularem em redes.

Com a virtualização da economia, implicações relevantes e transformadoras incidiram sobre as categorias região, espaço e território. No caso da categoria região, objeto de nosso estudo, o conceito incorporou a idéia de rede (HAESBAERT, 2002). É o caso, por exemplo, da região funcional — baseada nas redes urbanas de comércio e serviços — bem como da região como produto da divisão territorial do trabalho — fundamentada nas redes de reprodução do capital. Estas duas definições admitem amplamente a sobreposição de limites regionais.

A rede, porém, não está em todos os lugares e, onde as redes existem, elas não são uniformes, pois as redes são o resultado de um entrelaçamento de horizontalidade e de verticalidade, caracterizando, assim, o lugar. O veículo da horizontalidade é a produção e da verticalidade é a combinação dos diferentes espaços da horizontalidade, processo no qual o veículo integrador é a circulação dos produtos e da informação (MOREIRA, 1997).

A geografia entendeu, por muito tempo, o espaço como sinônimo de localização. No entanto, para Ruy Moreira, o geógrafo francês Jean Brunhes dá ao espaço um caráter de movimento, notadamente quando o define como uma alternância de cheios e vazios. O que hoje é vazio, amanhã é cheio, e o que hoje é cheio, amanhã é vazio. Destaca também que a distribuição é, na verdade, uma re-distribuição. Nessa linha, Milton Santos fala de fixos e fluxos — numa recriação importante dos cheios e vazios de Jean Brunhes —, referindo-se ao movimento do capital que se localiza num ponto fixo, servindo-se da sua distribuição para abrir novos caminhos, re-distribuindo-se num fluxo incessante de migração.

A rigor, entender o espaço hoje é apreendê-lo em sua mobilidade territorial, a forma prática e espacial que envolve indústrias, pessoas e o mercado de trabalho num processo de territorialização ⁵

⁵ A idéia de territorialidade expressa um sentimento de pertença, um enraizamento da identidade sociocultural da região na produção do espaço. A territorialidade, na

(organização), desterritorialização (desorganização) e reterritorialização (reorganização) permanente. “Um processo em que a unidade do espaço é obra do mercado, que, das múltiplas e dissociadas trocas locais e regionais de ontem, passa em poucas décadas a ser nacional e em seguida, internacional” (MOREIRA, 1997, p. 08).

Pablo Wong-González, citando Octavio Ianni, argumenta que o mundo se transforma em território de todo o mundo, e que tudo se desterritorializa e reterritorializa-se. De acordo com o autor, a desterritorialização refere-se à emergência de sistemas globais que escapam às determinações específicas de territórios particulares. Já a reterritorialização se refere ao caráter territorial dos fatores decisivos para o desenvolvimento de países e regiões. Essa configuração da territorialidade contemporânea esboça uma nova dialética territorial, na qual o processo de globalização apresenta um condicionamento mútuo entre o global e o local.

4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NOVOS CENÁRIOS

As origens da teoria do desenvolvimento local-regional como quadro de análise e como estratégia de intervenção são recentes. Durante a década de 1970, as mudanças observadas na economia estimularam o debate sobre os modelos tradicionais de análise, a exemplo do modelo da base econômica e do modelo dos pólos de desenvolvimento, bem como das políticas regionais baseadas nos incentivos à implantação de empresas (POLÈSE, 1998).

A crítica à teoria dos pólos de crescimento⁶, consolidada no início dos anos de 1980, começa a ser substituída pela noção de desenvolvimento endógeno. Essa nova concepção de desenvolvimento regional entende que as regiões devem buscar potencializar o uso dos recursos locais a fim de desenvolver sua própria capacidade de desenvolvimento (JACCOUD, 2002). Nessa perspectiva, o desenvolvimento regional é entendido como um processo de transformações econômicas, políticas e sociais, considerando-se os desafios sócio-ambientais e a questão da sustentabilidade do desenvolvimento contemporâneo.

visão de Marcelo Souza, “é um certo tipo de interação entre o homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço” (SOUZA, 2000, p. 99).

⁶ François Perroux foi o principal teórico da teoria dos pólos de crescimento e o grande incentivador da política de desenvolvimento regional na França.

De acordo com o economista Sérgio Boisier, o desenvolvimento regional se apresenta como um processo em curso e de recente configuração. Para o autor, o processo pode ser descrito a partir de três cenários: *contextual, estratégico e político*.

O novo cenário contextual, segundo o autor citado, atualmente está presente em todos os países. Trata-se do processo da *abertura externa*, impelido pela força da *globalização*, e do processo de *abertura interna*, impulsionado pela força da *descentralização* (BOISIER, 1996, grifos no original). O primeiro é um processo essencialmente econômico, já o segundo é um processo político. Por trás da globalização, conforme o mesmo autor, pode-se identificar uma dupla de elementos básicos: a microeletrônica – o que torna a globalização tecnicamente possível – e a nova ordem política internacional, caracterizada por *monopolaridade política, multipolaridade econômica e regionalismo aberto* (BOISIER, 1996, grifos no original).

A globalização acarreta, também, um efeito importante que aparece no plano da política e da geografia política mundial: na estruturação dos grandes blocos econômicos, como na União Européia, ocorre uma certa desconfiguração devido a um simultâneo fortalecimento do Estado nacional e outras estruturas que indicam a existência de um “quase Estado supranacional” (BOISIER, 1996, p. 115). Paralelamente, há um fortalecimento das cidades e regiões, que surgem como novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados. Como se vê, a globalização ora privilegia o local, ora privilegia o global.

Outros autores sustentam posição semelhante em relação ao fenômeno. Para Kenichi Ohmae, citado por Sérgio Boisier, é importante considerar que os territórios organizados⁷ exercem um papel completamente novo na atualidade, principalmente ao entrarem definitivamente na busca de competência e competitividade (BOISIER, 1996). Deve-se observar, porém, que a noção de território organizado não depende da escala de tamanho.

Para Sérgio Boisier, por trás da descentralização — que é a força que vem impulsionando o processo político de abertura interna —, pode-se identificar a presença de quatro elementos, cujo conjunto está produzindo ambientes propícios para a descentralização.

⁷ O conceito de território pode ser adjetivado como natural, equipado e organizado. O primeiro descreve um território sem intervenção humana; o segundo refere-se exatamente ao equipamento físico derivado da ação do homem; e, finalmente, o terceiro nomeia um território em que vive uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais (BOISIER, 1996).

O primeiro elemento constitui a revolução científica e tecnológica em curso (RC&T) e está criando uma nova geografia industrial, apoiada na miniaturização, na desmontagem das economias de escala, retrocedendo na cadeia produtiva, mudando as fases e os lugares dos processos produtivos, sem perder a rentabilidade nem a eficiência. As empresas deixam ambientes decisórios centralizados e se deslocam para outros de tipo descentralizados e/ou desconcentrados.

O segundo elemento é o processo de transformação do Estado, em curso em quase todos os países e que também favorece a produção de ambientes descentralizados. Neste processo, coexistem duas necessidades contemporâneas. A primeira necessidade é a de modificar o papel do Estado como órgão regulador do regime de acumulação (a própria RC & T é a transformadora do regime de acumulação) e a necessidade de transferir poder a vários organismos da sociedade civil.

O terceiro elemento é a crescente demanda por maior autonomia da parte de organizações de base territorial, inseridas na sociedade civil de muitos países, que estimulam a descentralização como uma importante tendência universal. “Trata-se de uma força que, em certos casos, evolui para verdadeiras patologias, que terminam por destruir o próprio Estado nacional, como se pode observar nitidamente na Europa” (BOISIER, 1996, p. 118).

O quarto elemento se constitui pelas tendências privatizadoras, vinculadas à descentralização e fortemente incorporadas ao atual modelo de política econômica vigente em grande parte do mundo.

Diante desse novo cenário contextual, já não é mais possível pretender que um país seja competitivo, mantendo estruturas decisórias centralizadas. A descentralização passa a ser, portanto, o centro do debate por razões puramente macroeconômicas.

O *cenário estratégico* está sendo construído mediante dois processos: novas modalidades de *configuração regional*, as quais geram uma nova geografia política com componentes virtuais, ditados pela lógica de sistemas mais voluntaristas do Estado; e novas modalidades de *gestão regional*, as quais introduzem tanto critérios políticos no plano de gestão dos governos locais, para modificar as situações de dependência, como critérios empresariais — principalmente de planejamento estratégico — com o objetivo de aumentar a eficiência do governo.

Ainda segundo Sérgio Boisier, para maximizar as possibilidades de participar com êxito na competição internacional, é preciso ter velocidade, flexibilidade e maleabilidade. São três atributos inversamente relacionados ao tamanho das regiões. A *velocidade* é

indispensável para aproveitar oportunidades, para entrar e sair rapidamente de acordos e de redes. A *flexibilidade* possibilita respostas em escalas diferentes e em estruturas diferentes. Por fim, a *maleabilidade* é a capacidade de moldar a própria estrutura às formas mutantes do ambiente.

A essas características devem ser combinadas outras três: a *cultura*, produtora de identidade e de auto-referência; a *resiliência*, capacidade para reconstituir a estrutura quando danificada por elementos exógenos; e a *complexibilidade sistêmica* do território organizado (Boisier, 1996, grifos no original).

Com esses elementos, a atenção fixa-se na divisão político-administrativa tradicional, a qual, no caso do Brasil, são os Estados. Dessa forma, surgem diferentes arranjos territoriais, hierarquicamente ordenados, que têm como base o que o autor denomina de *região pivotal*, definida como menor território organizado e que, simultaneamente, apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura (capaz de gerar identidade) e resiliência.

As regiões pivotais podem associar-se a outras regiões pivotais ou simplesmente a outros territórios organizados, cujo único requisito é a contigüidade geográfica, dando origem a regiões de maior tamanho, denominadas por Sérgio Boisier de *regiões associativas*.

Finalmente, essas regiões pivotais ou regiões associativas podem formular acordos e compromissos estratégicos de longo prazo com outras regiões — para elaborar novos produtos de alta tecnologia — e mecanismos regulatórios específicos, a fim de produzir verdadeiras regiões virtuais, similares às corporações virtuais que já existem no mundo internacional dos negócios (BOISIER, 1996).

Essa nova estrutura de articulação entre diferentes regiões, segundo o mesmo autor, demonstra a prática do paradigma “de baixo para cima”, que contrasta com o paradigma dominante “do centro para baixo”. Essa forma de permitir o surgimento de regiões é essencialmente democrática, pois entrega a iniciativa e a sanção para as próprias comunidades locais. Nesse sentido, é fundamental entender a flexibilidade que deve acompanhar a atual percepção do conceito de região, o que é muito bem elucidada por Liana Carleial:

[...] a categoria regional deve representar unidades espaciais que se diferenciam e que podem estar referidas em diferentes níveis de análise. Pode-se utilizar a categoria regional para se tratar de questões que se dão em nível de estado, município ou parte de quaisquer desses níveis como regiões urbanas, rurais, agrícolas ou industriais (CARLEIAL, 1993, p. 47).

Completando o quadro descrito pelo economista Sérgio Boisier sobre as novas características do desenvolvimento regional, o autor destaca que o *cenário político* é constituído a partir do processo de modernização do Estado, entendido desde a capacidade de conduzir a região, como conduzir politicamente, a partir da necessidade de reinventar os governos regionais, para que possam assumir suas novas funções como condução política e animação regional⁸ (BOISIER, 1996).

As políticas regionais são ações públicas deliberadas com objetivo de promover o desenvolvimento em um determinado espaço geográfico. Essas políticas são, normalmente, promovidas pelo Estado. Conclui-se, portanto, que os novos cenários do desenvolvimento regional, em economias de mercado abertas e descentralizadas, propõem um grande desafio, para qualquer governo, seja estadual ou municipal, o qual consiste em encontrar uma maneira de auxiliar sua região a inserir-se no contexto do comércio nacional e internacional, de forma equitativa e participativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade se apresenta carregada de tendências políticas e econômicas, tanto na escala mundial como na escala local, provocando mudanças significativas no espaço, principalmente na configuração das regiões. O termo região não é recente e se originou na Roma antiga com o significado de divisão territorial. É na geografia, como já foi citado anteriormente, que este termo é considerado um conceito-chave, objeto de muitas discussões e reflexões. Não obstante, a economia e outras ciências estão cada vez mais incorporando, em suas teses, a região como importante categoria de análise científica.

No pensamento geográfico atual, a região é o produto de um processo social, em que as condições atuais (o desenvolvimento técnico-científico-informacional) fazem com que se transformem continuamente, não desaparecendo, mas mudando de conteúdo e tornando-se cada vez mais complexas. A sociedade, ligada à evolução da técnica, possibilita discutir as regiões a partir da capacidade técnica

⁸ A animação regional tem duas funções sistemáticas e permanentes: “uma função de *agente catalisador*, capaz de fazer surgir sinergia a partir do encontro permanente dos agentes individuais, e uma função *informacional*, capaz de coletar, processar e reestruturar o enorme fluxo de informação entrópica, que circula em torno dos agentes de desenvolvimento de uma região” (BOISIER, 1996, p.130).

delas mesmas de se articularem em redes. A região é um espaço articulado em função de interesses específicos, principalmente econômicos, com base nas atividades produtivas voltadas para o mercado externo. Nesse processo, são privilegiadas as regiões mais aptas a competir e a desenvolver as funções exigidas pelo mercado em detrimento de outras regiões. Surge, então, o que Milton Santos denomina de regiões do mandar e regiões do fazer.

Nesse sentido, numa perspectiva econômica, Liana Carleial deixa claro que se discute região no contexto da integração econômica nacional, de tal modo que modificações produtivas, num determinado espaço, têm repercussão em outros espaços. Como consequência, surgem os espaços dominantes, do ponto de vista econômico, e espaços subordinados, obedecendo à lógica do desenvolvimento do capital (CARLEIAL, 1993).

Essas formas de dominação e dependência no sistema regional, em muitos casos, representam um verdadeiro freio ao crescimento econômico e ao desenvolvimento da região; por vezes estimula-se o crescimento, mas este é utilizado para favorecer a região dominadora e não os interesses da população da região dependente. Na visão de Sérgio Boisier, essa forma de dominação, por sua sutileza, adquire contornos de dominação ideológica (BOISIER, 1996).

Desse modo, as políticas regionais ganham uma grande importância na busca da satisfação dos interesses e da autonomia da coletividade regional, objetivando a inclusão social e não apenas refletir a racionalidade do modelo dominante de acumulação. A descoberta de talentos endógenos, o nascimento de redes de cooperação de inovação e solidariedade e o desenvolvimento regional centrado nos recursos e nas capacidades locais de intervenção. Estes são alguns dos elementos fundamentais que revelam que é por meio da construção social de uma região que se potencializa a sua capacidade de organização.

6. REFERÊNCIAS

BECKER, K. B. "Informação e território". **Ciência Hoje**. Vol. 20, n. 117. Disponível em: <www.agbcuritiba.npg.com.br/textos/bertha.htm>. Acesso em 02.07.2003.

BOISIER, S. "Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político". In: **Planejamento e Políticas Públicas** - n. 13. Brasília: IPEA, 1996.

BOISIER, S. “Política econômica, organização social e desenvolvimento regional”. In: HADDAD, P. R. (Org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989. 694 p. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

BOISIER, S. **Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos virtuais**. 1999. Brasília: CNPq-Prossiga, Biblioteca Virtual de Políticas Públicas em C&T, Planejamento E Políticas Públicas, n. 19, p. 307-343, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/cnpq/politicaspUBLICAS/>>. Acesso em: 07 fev. 2003.

CARLEIAL, L. M. F. “A questão regional no Brasil contemporâneo”. In: LAVINA, L. et al. (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 35-58.

FERREIRA, C. M. C. “Espaço, regiões e economia regional”. In: HADDAD, P. R. (Org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

GONZÁLEZ, P. W. “*Globalización y virtualización de la Economía: impactos territoriales*”. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. (Desenvolvimento Local-Regional: Vol. 2).

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

JACCOUD, L. “Experiências internacionais em política regional: o caso da França”. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. (Desenvolvimento local-regional: Vol. 2).

MOREIRA, R. “Da região à rede e ao lugar - a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo”. In: **Revista Ciência Geográfica** — AGB-Bauru. N. 6, p. 01-11, abril de 1997.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. 6. ed. Paz e Terra, 1985.

POLÊSE, M. **Economia urbana e regional: a lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço - técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. “Globalização e meio geográfico: do mundo ao lugar”. In: SOUZA, A. J., et al (Orgs.). **Paisagem Território Região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 51-54.

SOUZA, M. L. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Estado**: produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho — UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP, 2002.

Unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
— www.unioeste.br —
REVISTA VARIA SCIENTIA
Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber

VARIA
SCIENTIA